

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Luciana Marroni*

Quando pensamos na Independência do Brasil, imediatamente nos vem à memória a imagem de D. Pedro I às margens do Riacho do Ipiranga bradando “Independência ou morte!”. O que pouco é ensinado nas escolas, sendo de conhecimento de uma minoria dos brasileiros, é que a Princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro I, teve uma participação decisiva nos acontecimentos que culminaram nos fatos ocorridos em 7 de setembro de 1822. Assim como ela, outras mulheres se destacaram de diferentes formas no processo de Independência, mas não tiveram um reconhecimento histórico à altura de suas contribuições.

Este artigo não tem a pretensão de ser uma profunda análise ou completa narrativa dos feitos dessas mulheres, mas busca resgatar os nomes e realizações de algumas delas. Ao estudar suas vidas, verifica-se que foram pessoas de diferentes classes sociais e personalidades, tendo participações distintas no processo de Independência. Narrar a história dessas personagens contribui para resgatar a memória histórica do nosso país e deixar claro que seus méritos merecem reconhecimento, pois atuaram como pessoas de caráter e valores quando o momento exigiu, não obstante seu gênero, nacionalidade, condição social ou escolaridade.



PRINCESA LEOPOLDINA

A Princesa Leopoldina atuou intensamente na área política, sendo uma conselheira constante de seu marido. Filha do Imperador da Áustria Francisco II e de sua segunda esposa, Maria Teresa das Duas Sicílias, a arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina nasceu no dia 22 de janeiro de 1797. Como uma maneira de se mostrar receptiva aos costumes e à cultura da nova pátria, a arquiduquesa acrescentou o Maria ao seu nome, uma vez que havia a tradição das mulheres luso-brasileiras usarem esse prenome para homenagear a Virgem Maria.

Leopoldina foi educada com base em princípios religiosos e tradicionais. Além de aprender arte, línguas, ciências naturais e humanas, também lhe foram transmitidos elevados valores morais, bem como educação nas áreas de política, de governo e em questões de Estado. A ela foi ensinado colocar o bem-estar do povo e da nação acima dos seus interesses pessoais, a crer na igualdade de direitos das pessoas e a ter compaixão, humanidade e preocupação com os pobres. Essa formação moral e intelectual fez dela uma importante personagem no processo de Independência do Brasil. Suas cartas a seu pai, à sua irmã Maria Luísa, a José Bonifácio e a diversas outras pessoas ilustram suas reflexões e opiniões sobre a política e são provas do seu trabalho nos bastidores para que o Brasil alcançasse a posição de Estado independente.

Uma série de acontecimentos conduziram aos fatos que resultaram na Proclamação da Independência. Em 1820, Portugal passava por uma séria crise financeira, o povo se ressentia da influência da Inglaterra e se sentia abandonado pelo seu rei. Nessa conjuntura, no dia 24 de agosto eclodiu a rebelião do Porto, que viria a instituir uma junta de governo, as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. As Cortes tinham como principal objetivo reformular a estrutura de governo e promover a elaboração de uma Carta Constitucional. Uma decisão das Cortes foi exigir o retorno imediato do Rei D. João VI a Portugal.

D. João decidiu que seu filho, D. Pedro, voltaria para Portugal como representante do reino. No entanto, Leopoldina estava com uma gravidez avançada e uma viagem tão longa representava risco para a mãe e para o bebê. Apesar disso, a Princesa foi firme em não querer se separar do marido, no que foi apoiada por D. Pedro, tendo sido decidido que eles só voltariam após o nascimento do bebê.

Uma insurreição dos militares portugueses no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1821, acaba por pressionar D. João a retornar a Portugal.

Em 26 de abril, o Rei parte e deixa D. Pedro como Regente do Reino do Brasil. Desde o início da regência do seu marido, Leopoldina participou da gestão do governo. Ela o acompanhava em visitas surpresa a repartições públicas, dedicava atenção ao povo comum, apoiava os imigrantes e lutava contra a escravidão. Sua simpatia pelos brasileiros crescia, assim como seu entendimento de que as Cortes não faziam nada pelo bem do povo do Brasil.

As Cortes não ficaram satisfeitas com a regência de D. Pe-

Maria Leopoldina da Áustria, Imperatriz do Brasil. Retrato de Joseph Kreutzinger



Acima, a pintura histórica de Georgina de Albuquerque retrata a Sessão do Conselho de Estado que precedeu a declaração da Independência do Brasil

dro. Suas intenções eram extinguir o governo central do Brasil e que as capitanias se reportassem diretamente a Lisboa. Determinaram o fechamento de todos os tribunais, agências e órgãos públicos criados após 1808, além de exigir o retorno do Príncipe à Europa. D. Pedro se mostrava propenso a acatar as ordens e cooperar com as Cortes.

Participando das atividades políticas, Leopoldina teve a oportunidade de travar contato com o grupo “patriotas brasileiros”, que almejava a independência do Brasil. Ela já estava convencida que as ordens das Cortes, caso fossem cumpridas, gerariam revoltas e acabariam por desmembrar o Brasil em várias repúblicas, como havia ocorrido nas províncias espanholas na América do Sul. Era necessário, portanto, convencer seu marido que ele deveria desobedecer às ordens das Cortes e permanecer no Brasil. Com habilidade e inteligência, conseguiu que multidões se reunissem e se manifestassem na capital em apoio à permanência do Príncipe e à sua política pró-Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro declarou que ficaria no Brasil, sendo esse dia lembrado em nossa história como o “Dia do Fico”.

Dois dias depois, as tropas portuguesas no Rio de Janeiro se rebelaram. Para sua segurança e de seus filhos, Leopoldina parte para a Fazenda de Santa Cruz. Lá ela recebe a comitiva que chegava de São Paulo, da qual participava José Bonifácio de Andrada e Silva, que viria a ser seu amigo e um aliado na causa da Independência. Sem o seu conhecimento e ainda sem

a sua anuência, ele havia sido escolhido por D. Pedro para ser Secretário do Reino, Justiça e Negócios estrangeiros, o equivalente a um Primeiro-Ministro. A Princesa impressionou o paulista por sua inteligência e sagacidade e, de uma forma envolvente e com muita simpatia, falou sobre seu carinho pelo Brasil e citou seus filhos como “meus brasileirinhos”, influenciando assim na decisão de José Bonifácio, que viria a aceitar o cargo.

Os militares portugueses foram mandados de volta a Portugal e o novo ministério começou a trabalhar. Foram expedidas ordens para que as províncias não cumprissem nenhuma resolução das Cortes sem o aval do Príncipe Regente. Foi criado um Conselho de procuradores com representantes de todas as províncias e convocada uma assembleia constituinte.

Entre março e abril de 1822, D. Pedro viaja para Minas Gerais e deixa em seu lugar sua esposa como regente. Ele volta a se ausentar da Corte brasileira em agosto, quando viaja para São Paulo e, novamente, nomeou Leopoldina para ocupar a regência. A essa altura, a Princesa já abraçava completamente a ideia da separação do Brasil de Portugal e a instituição de uma monarquia constitucional. Chegaram, então, notícias de Lisboa relatando que as Cortes, em julho, haviam determinado que todas as decisões do Príncipe Regente seriam anuladas, diversos membros do governo, incluindo José Bonifácio, deveriam ser presos e enviados a Portugal para julgamento e D. Pedro e sua família deveriam voltar imediatamente àquele país. Também chegavam informações de que tropas e navios estavam sendo enviados ao Brasil.

Em 2 de setembro, reuniu-se o Conselho de Estado, presidido pela Princesa Leopoldina, ocasião em que foi deliberado que o Brasil não podia mais se sujeitar às decisões arbitrárias e colonialistas das Cortes e conclamava que o Príncipe Regente proclamasse a Independência do Brasil. Leopoldina escreveu uma carta a seu marido com palavras de incentivo e justificativas para que ele acatasse a sugestão do Conselho. A carta foi lida para o Conselho e Vasconcelos de Drummond, um dos presentes na reunião, posteriormente manifesta a José Bonifácio sua admiração e

surpresa pela clareza na exposição dos fatos e habilidade política da Princesa. Os despachos de Lisboa, as deliberações do Conselho, a carta de Leopoldina e as cartas de José Bonifácio e do Cônsul-Geral da Inglaterra no Brasil foram encaminhadas para D. Pedro e o alcançaram às margens do Riacho do Ipiranga. Assim, em 7 de setembro, após ler esses documentos, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil.

As lutas contra a dominação portuguesa estavam presentes em todas as províncias, mas a Bahia teve destaque em relação à participação feminina. Um gesto simbólico foi a carta destinada à Princesa Leopoldina, assinada por 186 damas da sociedade baiana, manifestando apoio e agradecimento pelas medidas políticas adotadas em prol do Brasil. Entretanto, outras baianas tiveram participações bastante marcantes naquele período.

SÓROR JOANA ANGÉLICA

Por ter sido a capital da colônia durante muito tempo e por ser rica e próspera, Lisboa tinha interesse em manter o controle da Bahia. A província encontrava-se dividida entre os que apoiavam as Cortes, principalmente a elite e os militares portugueses, e os que apoiavam D. Pedro, entre eles os militares brasileiros, senhores de engenho e trabalhadores. Em 1821, combates nas ruas já mostravam o clima de tensão. Em dezembro, em uma decisão autoritária, as Cortes nomeiam para o cargo de Governador das Armas da Bahia o Brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo. Este fato gerou descontentamento e, no início de 1822, intensificaram-se os combates entre os apoiadores da autonomia do Brasil e os militares lusitanos. Em fevereiro, as tropas de Madeira de Melo atacam civis e invadem casas particulares. É nesse contexto que acontece a invasão do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa que resultaria na morte da sua abadessa, a Sórora Joana Angélica de Jesus.

Joana Angélica, apesar de ser a filha única de uma família abastada de Salvador, escolheu a vida religiosa. Foi uma freira concepcionista, pertencente à Ordem das Reformadas de Nossa Senhora da Conceição. Entre suas qualidades estavam a discrição, a força e a liderança. Devido a estas característi-

**Sórora Joana Angélica, por
Domenico Failutti**



cas, exerceu as funções de conselheira, vigária e, por duas vezes, abadesa. Este último era o seu cargo, no dia 20 de fevereiro de 1822, quando soldados de Madeira de Melo forçaram a entrada do convento sob pretexto de buscar pessoas contrárias ao regime português que lá estariam se refugiando. Joana Angélica então, com mais de sessenta anos e usando de sua autoridade, colocou-se à frente da porta da clausura para tentar evitar o avanço dos soldados e teria dito que só entrariam se a matassem. A reação brutal deles foi um golpe de baioneta que assassinou a Sórora e a tornou uma Mártir da Independência. A sua atitude de obstruir o ataque covarde e injustificável das tropas lusitanas lhe custou a vida, mas se tornou um símbolo da resistência do povo baiano ao autoritarismo de Portugal.

MARIA FELIPA

Em tal clima de revolta, mais uma personagem se destacaria na luta contra o colonialismo lusitano. O nome dela é Maria Felipa de Oliveira, mulher negra, pobre, pescadora e marisqueira que morava na Ilha de Itaparica. Revoltada com o assassinato de Joana Angélica, juntou-se ao grupo que organizava a resistência na ilha. Por conhecer muito bem o lugar, pôde colaborar com as estratégias de defesa e ataque e se tornou uma liderança importante. Ela e suas companheiras formaram um grupo de vigilância para monitorar os navios inimigos, que ficou conhecido como “Vedetas”. Além de prevenir o desembarque de tropas nas praias, à noite também patrulhavam as matas, os manguezais e os caminhos da ilha. Maria Felipa ainda usava uma jangada para levar informações de Itaparica para os companheiros em Salvador.

Chegou ao conhecimento de Madeira de Melo que havia uma resistência organizada na ilha e assim, em 10 de julho de 1822, a vila foi atacada e dominada. Mas não por muito tempo. Em 13 de agosto os insulanos retomaram o controle de Itaparica e trataram de cavar trincheiras em todo o litoral para reforçar sua defesa.

Houve então uma sequência de ataques marítimos por parte dos portugueses. Em 1º de outubro, navios se aproximaram da praia de

Manguinhos. Contando com a proteção das trincheiras, os insulanos resistiram e então a Canhoneira “Dez de Fevereiro” começou a arder em um incêndio, forçando as demais embarcações a bater em retirada.

A segunda investida de Bandeira de Melo foi no dia 12 de outubro, na praia dos Conventos. Esta contou com um número grande de embarcações e durou mais de meio dia. Maria Felipa, liderando seu grupo de mulheres, se destacou nessa batalha, que culminou com o incêndio da Barca “Constituição”.

O maior ataque ocorreu em 7 de janeiro de 1823, ocasião em que cerca de quarenta embarcações se dirigiram a Itaparica. Com tantos inimigos, uma nova estratégia tinha que ser adotada. Maria Felipa elaborou um estratagemas pelo qual ganhou fama. Aproveitando seu grupo de mulheres, usou a arma da suposta fragilidade feminina aliada à astúcia e à sedução. Elas

usaram em suas roupas, misturadas com flores, folhas de cansaço, de maneira que parecessem estar apenas enfeitadas. Acontece que as folhas de cansaço têm espinhos que provocam uma urticária com intensa sensação de queimação.

Levavam também, escondidas nas roupas, tochas de palha de coco e pólvora. Sem levantar suspeitas dos soldados lusitanos, por serem “do sexo frágil”, se aproximaram com bebidas e sorrisos. Quando os inimigos estavam embriagados, aplicaram-lhes uma bela surra com as folhas de cansaço e, em seguida, queimaram suas embarcações usando as tochas e a pólvora que levaram. Apesar da vitória nesse episódio, a batalha continuou e Maria Felipa lutou

bravamente até que, finalmente, em 9 de janeiro, os portugueses foram expulsos de Itaparica.

A ilha não sofreu mais ataques; no entanto, batalhas ocorriam em Salvador e no Recôncavo Baiano. Em abril, chegou a notícia de que barcas portuguesas se aproximavam da foz do Rio Paraguaçu para desembarcar tropas. Maria Felipa e seu grupo foram se juntar aos combatentes que enfrentavam os inimigos. Lá chegando, se deparou com outras mulheres lutando, mas uma, em especial, chamou sua atenção por usar cabelos curtos e uniforme de soldado. Era Maria Quitéria, também conhecida como Soldado Medeiros.



Representação de Maria Felipa por Filomena Modesto Orge

MARIA QUITÉRIA

Maria Quitéria de Jesus foi outra mulher marcante na nossa independência. Essa baiana, nascida entre 1792 e 1797, teve singular participação nas lutas que se seguiram após 7 de setembro de 1822. Filha primogênita de um fazendeiro, vivia com a família em São José das Itaporocas. Não aprendeu a ler nem escrever, mas sabia montar e manejar armas de fogo. Não tinha inclinação para prendas do lar, tais como fiar, tecer e bordar, gostava de cavalgar e passar tempo ao ar livre.

Em meados de 1822, com combates acontecendo na Bahia, o Conselho Interino do Governo da Bahia, instalado na vila de Cachoeira, passou a recrutar voluntários para ajudar na luta contra as tropas de Bandeira de Melo. Maria Quitéria tomou conhecimento desse fato e pediu a seu pai para se alistar. Seu pai não tinha nenhuma intenção de se voluntariar e muito menos de autorizar sua filha a fazê-lo. Inconformada com essa negativa, Maria Quitéria procurou sua irmã, que era casada, e recebeu seu total apoio, inclusive emprestando-lhe roupas do seu marido. Maria Quitéria cortou os cabelos e, vestindo as roupas de seu cunhado, se alistou usando o nome de José Medeiros, tornando-se assim o Soldado Medeiros.

Uma vez tendo conseguido se passar por homem e ser aceita como voluntário, Maria Quitéria foi designada para o Batalhão Voluntários do Príncipe D. Pedro, também conhecido como Batalhão dos Periquitos, pelo fato do uniforme ter a cor verde nos punhos e na gola. Seu pai, ao descobrir seu paradeiro, foi até o Batalhão pedir para que a filha fosse desligada do serviço militar, mas como ela já havia demonstrado disciplina e habilidade no manejo de armas, qualidades valiosas em um combatente, seu comandante não concordou com o pedido. Após ter seu segredo revelado, ela recebeu um saiote para acrescentar ao seu uniforme.

Com seu Batalhão, Maria Quitéria participou dos principais combates entre o período de outubro de 1822 a julho de 1823. Lutou nas batalhas da Ilha da Maré, Conceição, Pituba e Itapuã. No combate em Pituba, demonstrou bravura ao atacar uma trincheira e dominar soldados ini-

migos. Sozinha, conduziu os prisioneiros até o seu acampamento. Em março de 1823, em reconhecimento pelos seus atos e méritos, foi promovida a 1º Cadete, recebendo uma espada.

Em abril de 1823, voltou a se destacar ao comandar um grupo de mulheres na foz do Rio Paraguaçu para evitar o desembarque das tropas portuguesas. Nessa batalha lutou com água na altura do peito contra uma barca que atacava sua tropa. Esse seu feito foi enaltecido pelo Comandante em Chefe do Exército Pacificador, José Joaquim de Lima e Silva, no Diário do Governo, veículo de comunicação oficial do Império. Nesse documento ele registrou que Maria Quitéria, com senso de nacionalismo, atendeu ao chamado da Pátria, que se distinguiu pelo seu valor e intrepidez e que, nas vezes que entrou em combate, realizou feitos de grande heroísmo.

Os portugueses foram finalmente derrotados e expulsos da Bahia. Em 2 de julho de 1823, Maria Quitéria marchou junto com o Exército Pacificador até Salvador, onde foram saudados pelo povo. Ela viajou até o Rio de Janeiro onde já se tinha notícias dos feitos da guerreira baiana. Na capital do Império sua presença causou grande sensação. Em 20 de agosto de 1823 foi recebida por D. Pedro no Palácio de São Cristóvão, ocasião em que foi condecorada

Gravura de Maria Quitéria, publicada no livro *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, de Maria Graham



**Decreto de 20 de agosto de 1823
agraciando Maria Quitéria com o
grau de Cavaleiro**

Fonte: Arquivo Nacional



com a Medalha da Ordem Imperial do Cruzeiro, no grau de Cavaleiro, honraria destinada aos que se destacaram na luta pela independência do país. Sua condecoração foi noticiada no Diário do Governo juntamente com a informação que, em reconhecimento de seu valor, lhe era concedido o soldo de Alferes.

Na Corte, conheceu a inglesa Maria Graham que, além de registrar suas conversas com ela no seu livro *Journal of a Voyage to Brasil and residence there during parts of the years 1821, 1822, 1823*, que viria a publicar mais tarde, também registrou um desenho de Augustus Earle que retratava Maria Quitéria com seu uniforme, incluindo o saiote quadriculado, segurando sua arma e ostentando no peito a comenda da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Maria Quitéria foi pioneira ao tornar-se a primeira mulher a assentar praça oficialmente nas Forças Armadas do Brasil. Muito justamente, em 1996, foi escolhida para ser a patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

HEROÍNAS

A Sóror Joana Angélica, Maria Quitéria e Maria Felipa representaram com louvor a coragem, o valor e a bravura das mulheres brasileiras. Em reconhecimento aos seus méritos, em 2018 foram incluídas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria que se encontra no "Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves", em Brasília.

Ao tomar conhecimento das histórias aqui narradas, é inevitável reconhecer que essas quatro mulheres foram protagonistas de um Brasil livre. Com suas qualidades, venceram preconceitos e conquistaram o direito de ajudar a moldar o destino do País. Seus exemplos inspiraram outras mulheres que não sabemos os nomes nem temos registros dos seus feitos, mas que certamente deram contribuições e, quiçá, suas vidas pela causa da Independência. ■

REFERÊNCIAS

Oberacker Jr., Carlos Henrique. A biografia da Imperatriz Leopoldina e a História do Brasil. file:///C:/Users/Dell/Downloads/76257-Texto%20do%20artigo-104150-1-10-20140314.pdf acesso em 10 de maio de 2022.

Reichel-Ham, Claudia. A Imperatriz Leopoldina e sua importância para o Brasil. Publicado pela Embaixada da Áustria no Brasil. Brasília. Maio, 2007. https://www.bmeia.gv.at/fileadmin/user_upload/Vertretungen/Brasilia/Dokumente/A_imperatriz_Leopoldina_e_sua_importancia_para_o_Brasil.pdf acesso em 10 de maio de 2022.

Menck, José T. M. Dona Leopoldina Imperatriz e Maria do Brasil. Publicado pela Câmara dos Deputados. Brasília. 2017. <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/34580> acesso em 10 de maio de 2022.

Nunes, Dimalice. Guerreiras da Independência. Revista Aventuras na História. http://dimalice.com.br/wp-content/uploads/2017/08/AH_guerreiras.pdf acesso em 13 de maio de 2022.

Santos, Antônio da S. Joana Angélica Saindo dos papéis à beatificação. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Cadernos do CNLF, Vol XV, N°9., t. 2. Rio de Janeiro. 2011. http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/161.pdf acesso em 14 de maio de 2022.

Da Silva, Lívia P. Maria Felipa Uma heroína baiana. UFRJ – Centro de Letras e Arte. Rio de Janeiro, 2018. <https://docplayer.com.br/184884892-Comunicacao-visual-design.html> acesso em 16 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Leopoldina_da_%C3%81ustria acesso em 10 maio de 2022.

Sousa, Rainer. Independência da Bahia <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/independencia-bahia.htm> acesso em 14 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Joana_Ang%C3%A9lica acesso em 14 maio de 2022.

Frazão, Dilva. Joana Angélica Religiosa brasileira https://www.ebiografia.com/joana_angelica/ acesso em 14 maio de 2022.

Mello, Raphaela de C. Mártir armada com o próprio peito: A impressionante história de Joana Angélica. <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/martir-armada-com-o-proprio-peito-impressionante-historia-de-joana-angelica.phtml> acesso em 14 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Felipa_de_Oliveira acesso em 16 maio de 2022.

Conheça a história de uma das guerreiras que lutou e ajudou na luta pela independência do Brasil. <https://www.abpn.org.br/post/conhe%C3%A7a-a-hist%C3%B3ria-de-uma-das-guerreiras-que-lutou-e-ajudou-na-luta-pela-independ%C3%Aancia-do-brasil> acesso em 16 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Quit%C3%A9ria acesso em 19 maio de 2022.

Henrique, Guilherme. Quem foi Maria Quitéria, mulher que se vestiu de homem para lutar na Independência do Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59953275> acesso em 19 maio de 2022.

Vilela, Lorraine. Maria Quitéria. <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/maria-quiteria.htm> acesso em 19 maio de 2022.

Frazão, Dilva. Maria Quitéria Militar brasileira https://www.ebiografia.com/maria_quiteria/ acesso em 19 maio de 2022.

Demercino Jr. Maria Quitéria. <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/maria-quiteria.htm> acesso em 19 maio de 2022.

* Contra-Almirante (RM1-EN), integrante do Grupo de Interesse em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática e Inovação (CTEMI) do Clube Naval